



Boletim do Museu Paraense Emílio
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi
Brasil

Pacheco, Alexandre

A inserção da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins, na
imprensa carioca nos anos de 1960

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 12, núm. 1, enero-
abril, 2017, pp. 241-255

Museu Paraense Emílio Goeldi
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054355014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A inserção da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins, na imprensa carioca nos anos de 1960 The insertion of Leandro Tocantins’s “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” in Rio de Janeiro Press in the 1960s

Alexandre Pacheco

Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil

Resumo: Este artigo analisa a inserção da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins, na imprensa carioca nos anos de 1960. A fundamentação teórica levou em conta, por um lado, os estudos da recepção e da função do autor em nossa contemporaneidade; por outro, os estudos sobre as relações entre literatura e cordialidade na cultura brasileira. Para sustentar essa problematização, foram utilizados textos de Jacques Leenhardt, Roger Chartier, João Cezar de Castro Rocha e Flora Süssekind. A análise operada permitiu observar que a recepção da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” no meio jornalístico do Rio de Janeiro sofreu influências decisivas da cordialidade que jornalistas e críticos dispensaram ao autor e ao político Leandro Tocantins nos anos de 1960.

Palavras-chave: Literatura. Recepção. Imprensa carioca. Integração da Amazônia.

Abstract: In this article we analyze Leandro Tocantins's “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” [“Euclides da Cunha and the Paradise Lost”], was received by the in Rio de Janeiro press in the 1960s. We take into account the reception studies and the author's function in our contemporary world. Studies on the relationship between literature and cordiality in Brazilian culture also support our work. Thus, scholars such as Jacques Leenhardt, Roger Chartier, João Cezar de Castro Rocha and Flora Süssekind are essential to understand and explore the issue. Analysis allowed us to observe that the reception of Tocantins's “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” in Rio de Janeiro press received decisive influence from the cordiality with which journalists and critics treated the author and politician Leandro Tocantins in the 1960s.

Keywords: Literature. Reception studies. Rio press. Amazonian integration.

PACHECO, Alexandre. A inserção da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins, na imprensa carioca nos anos de 1960. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 241-255, jan.-abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100014>.

Autor para correspondência: Alexandre Pacheco. Universidade Federal de Rondônia. Campus José Ribeiro Filho. Rodovia 369, km 9,5. Porto Velho, RO, Brasil. CEP 76801-059 (nelsonfonseca4@hotmail.com).

Recebido em 30/05/2016

Aprovado em 06/12/2016

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos de 1960, os nomes do escritor Euclides da Cunha e do historiador Leandro Tocantins haviam sido relacionados pela crítica no que se refere à problemática amazônica. Entretanto, com a obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido", editada em 1966 e reeditada em 1968, esse encontro foi selado por meio da apropriação singular que Leandro Tocantins realizou da figura do autor fluminense à frente da Expedição de Reconhecimento do Alto Purus, sobretudo ao realizar a interpretação das cartas e dos relatórios produzidos no transcurso dessa expedição amazônica, em inícios do século XX.

Essa apropriação singular levou jornalistas e críticos da imprensa carioca, nos anos de 1960, a considerarem esta obra e o seu escritor como reveladores de um Euclides amazônico, precursor da luta pela integração da Amazônia ao restante do país, desde o momento em que aceitou o convite do Chanceler Barão do Rio Branco para o comando da Expedição de Reconhecimento do Alto Purus. Tal forma de recepção por parte de jornalistas e de críticos em relação ao livro, como será visto, não deixou de sofrer os efeitos que a representação de Leandro Tocantins possuiu como político a serviço dos interesses do Estado brasileiro na Amazônia junto à imprensa do Rio de Janeiro nos anos de 1960.

O que está em jogo, no presente artigo, não é necessariamente a análise da recepção de Leandro Tocantins sobre Euclides da Cunha, mas sim a abordagem da recepção por parte da imprensa carioca em relação à obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" e de seu autor. Esta pesquisa necessitou considerar, por um lado, os estudos da recepção e da função do autor em nossa contemporaneidade e, por outro, os estudos sobre as relações entre literatura e cordialidade na cultura brasileira. Para sustentar essa perspectiva teórica, foram utilizados textos de Leenhardt (1997), Chartier (2012), Rocha (1998) e Süsskind (1993).

Chartier (2012), em sua obra "O que é um autor? Revisão de uma genealogia", apresenta importante discussão no âmbito da aliança entre a crítica textual e a

história cultural, extremamente profícua para a pesquisa em questão, principalmente por identificar certos conjuntos de variações que envolvem os estudos dos textos literários e da função do autor; conjuntos que

[...] designam a mobilidade, a descontinuidade das categorias de atribuição, de designação e de classificação das obras, categorias estas que permitem produzir ou compreender a cultura escrita e, obviamente, entre elas, a presença do nome próprio, do nome do autor [...] (Chartier, 2012, p. 24-28).

De acordo com Chartier (2012, p. 27), o autor deve, antes, ser definido pela função variável e complexa que possui no âmbito dos discursos, ao invés de o ser pela constatação de sua existência como indivíduo: "[...] a função autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade".

Dessa forma, a função autor constitui-se por "[...] operações complexas que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito [...]", as quais realizam a classificação de certos enunciados, capazes de promover uma separação "[...] entre o nome do autor e o indivíduo real, entre uma categoria do discurso e o eu subjetivo" (Chartier, 2012, p. 28-29).

Esse princípio de identificação a partir da função discursiva apontaria, entretanto, para um processo de instabilidade na definição autoral das obras, já que tanto a linguagem como as tradições ligadas à determinada função discursiva promoveriam um processo de 'desindividualização' do autor e do sujeito empírico subjetivo ligado ele:

Essa dupla desindividualização do autor com a remissão, de um lado, às formas herdadas dos gêneros, das convenções, das tradições e, de outro, à própria linguagem, ao que Foucault [...] chamou de "o pensamento de fora", ou seja, esse transbordamento, essa instabilidade, essa pluralidade da significação que é remetida direta, e exclusivamente, ao funcionamento automático e impessoal da linguagem na obra (Chartier, 2012, p. 33-34).

Se, por um lado, essa discussão teórica de Chartier (2012) norteou determinada percepção deste estudo sobre as relações entre o discurso presente em “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” e a construção de seu autor, por outro, ver-se-á que a recepção desta obra e de seu autor – no contexto em questão – relacionou-se intimamente à representação que o cidadão e o homem político Leandro Tocantins possuíram na imprensa nos anos de 1960.

Com a publicação de Leenhardt (1997), tornou-se mais evidente a operacionalização daquilo que Chartier (2012) designa como os sentidos, os quais definem, por meio de determinada função discursiva, a constituição de um autor, sobretudo no que se refere à discussão de Leenhardt (1997) sobre a apropriação da obra literária em termos sociológicos, vista como um objeto estético. Esta apropriação é capaz de produzir uma série de significados para a obra literária diante de seu tempo, mediante determinadas aspirações, valores, posições políticas e interesses individuais ou de grupos sobre ela, enquanto um símbolo sensível.

De acordo com Leenhardt (1997, p. 9-10):

[...] Jan Mukarovsky, figura essencial no círculo de Praga, já indicava em 1966 que a obra literária, enquanto um fato semiológico, é em parte um signo material polissêmico e, em outra, uma concretização ou interpretação desse signo pela consciência coletiva dos membros de um grupo social particular. Ele chamava a obra concretizada, ou interpretada, “de objeto estético”, cujo conteúdo semântico corresponde ao sistema de valores e ao sistema normativo da sociedade que o acolheu [...].

No caso em questão, trata-se da percepção sobre como o diálogo com Leenhardt (1997) pode apontar desdobramentos de sentidos a partir da recepção do Euclides amazônico, de Leandro Tocantins, na obra em foco.

O diálogo teórico com Rocha (1998), por meio de “Literatura e cordialidade”, possibilitou a compreensão do significado da inserção da obra em foco no contexto da cultura brasileira, ou seja, no âmbito do que ele denomina de uma sociedade literária composta por homens cordiais.

Essa apreensão fez com que fossem percebidos os limites da teoria de Chartier (2012) sobre a função autor, já que, em nossa sociedade, o sujeito empírico, o cidadão ligado ao autor literário, exerce uma influência decisiva para a inserção de suas obras, por intermédio de suas relações privadas com o poder, no interior do campo literário brasileiro.

A discussão de Süsskind (1993), no livro “Papéis colados”, nos levou à compreensão de como as abordagens impressionistas de uma influente crítica de rodapé foram decisivas para a construção do autor Leandro Tocantins (1992), em “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, por intermédio da tradição de seu discurso romântico e ecológico presente na abordagem da paisagem amazônica feita pela imprensa carioca nos anos de 1960.

A INSERÇÃO SOCIAL DA OBRA “EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO” DIANTE DA PROBLEMÁTICA AMAZÔNICA NOS ANOS DE 1960

Leandro Tocantins nasceu em Belém do Pará. No Rio de Janeiro, estudou no Colégio Pedro II e tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi escritor e historiador. Entre seus principais livros, podemos destacar: “O rio comanda a vida” (1952); “Amazônia: natureza, homem e tempo” (1960); “Formação histórica do Acre” (1961b); “Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade” (1963); “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” (1966)¹.

¹ A primeira publicação da obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” foi realizada pela Editora do governo do estado do Amazonas, em 1966. As publicações seguintes foram: segunda edição pela Editora Record, em 1968; terceira edição pela Civilização Brasileira, em 1978; e quarta edição pela Biblioteca do Exército Editora, em 1992.

Como homem público, Leandro Tocantins tornou-se representante da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) na cidade do Rio de Janeiro, nos inícios dos anos de 1960, além de ter atuado nesta cidade como assessor de Arthur Cézár Ferreira Reis, quando este governou o estado do Amazonas, a partir de 1964. Tal episódio rendeu-lhe a oportunidade de realizar pesquisas no arquivo histórico do Itamaraty e de escrever a obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido".

Essas relações políticas no âmbito da SPVEA e no governo do estado do Amazonas, somadas às publicações de certas obras amazônicas de Leandro Tocantins por editoras sediadas no Rio de Janeiro², foram decisivas para que o autor e a sua obra fossem reconhecidos pela imprensa carioca, em especial por meio dos anseios que jornalistas, críticos e intelectuais possuíram em discutir soluções para as fragilidades da Amazônia diante do contexto nacional e internacional da época.

Considerando-se o cenário descrito, cabe ponderar a inserção social da obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" a partir da publicidade que a imprensa carioca realizou nos anos de 1960.

Para tanto, em um primeiro momento, deve-se procurar entender como se deu o efeito representativo da personagem Euclides da Cunha no âmbito da circulação e do funcionamento do discurso de Leandro Tocantins, tomando-se a recepção da obra nos principais órgãos da imprensa carioca nos anos de 1960; em um segundo momento, torna-se mister apontar as influências que a representação de Leandro Tocantins, como autor reconhecido e como homem público influente, exerceu sobre uma recepção positiva da obra junto à imprensa.

A INSERÇÃO DA OBRA "EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO" NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Desde o lançamento da obra "Amazônia: natureza, homem e tempo" (1960) e do relançamento de "O rio comanda a vida" (1961a), passando por livros como "Formação histórica do Acre" (1961b), "Acre, Rio Branco e espírito Luso" (1962), "Santa Maria de Belém do Grão Pará" (1963), "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" (1966), entre outros títulos, a crítica de jornais e revistas do Rio de Janeiro sempre foi favorável à produção de Leandro Tocantins, destacando a sensibilidade literária deste escritor, sobretudo no trato das questões amazônicas, com o uso de lirismo épico-romanesco, presente no seu discurso histórico e focado na descrição ecológica da região, bem como na necessidade de adaptação do homem ao meio.

Vários artigos na imprensa carioca no transcurso dos anos de 1960 anotaram as características presentes na obra do autor paraense. Como exemplo, vale citar a publicação presente no *Correio da Manhã*³, de 11 de novembro de 1961, em que "Formação histórica do Acre" é exaltada como "[...] a epopeia da incorporação definitiva do Acre ao patrimônio territorial brasileiro, as lutas travadas com armas da guerra e da diplomacia para fixação de uma linha que não espoliasse o Brasil [...]" (Formação..., 1961, p. 9).

Vale registrar que, em 10 de agosto de 1961, no mesmo jornal, uma matéria sobre a obra "O rio comanda a vida" a qualifica como "[...] atraente e fascinante, à semelhança de um romance é pois este livro rigorosamente científico de Leandro Tocantins" (O rio..., 1961, p. 9).

Destarte, as características líricas e ecológicas também puderam ser notadas no livro "Santa Maria de

² Tratam-se de casas publicadoras Editora Civilização Brasileira, Conquista Editora, Editora Letras e Artes e a Gráfica Record Editora. Uma dessas, a Conquista, possuiu uma coleção intitulada "Temas Brasileiros", que foi dirigida por Arthur Reis, padrinho intelectual e político de Leandro Tocantins, na qual foi publicada a obra "Amazônia: natureza, homem e tempo", do autor paraense, em 1960.

³ De acordo com Sodré (1999), o jornal *Correio da Manhã* posicionou-se, em meados dos anos de 1960, como um dos baluartes das liberdades individuais, denunciando os desmandos do regime instaurado em 1964, estando imerso em um contexto no qual a imprensa estrangeira avançava sobre o mercado brasileiro.

Belém do Grão Pará”, em notícia do crítico Chermont de Britto, no *Jornal do Brasil*⁴, de 20 de dezembro de 1963:

Há capítulos de Santa Maria de Belém do Grão Pará em que o grave historiador que é Leandro Tocantins se transforma no poeta apaixonado de sua terra e então surgem páginas de um lirismo encantador, de emoção quase religiosa, em que todas as galas e garridices da terra, do céu, da floresta, do rio e da mata palpitam e resplandecem (Britto, 1963, p. 8).

É interessante destacar que Britto (1961), por meio de suas posições nacionalistas, não só criticou certas obras literárias ligadas à temática amazônica, mas também denunciou, em vários artigos no *Jornal do Brasil*, a situação de fragilidade da região nos anos de 1960. Como se evidencia, a repercussão das obras e do autor na mídia se fazia presente, e a recepção de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” não foi diferente. De antemão, vale apontar que Leandro Tocantins, ao longo da edição de 1966 desta obra, estabeleceu nos capítulos “O sonho”, “A viagem”, “O deserto” e “A obra” um diálogo com a escrita e com a personalidade do homem Euclides, totalmente representativo de sua cumplicidade literária com o autor fluminense. Essa cumplicidade foi necessária para a construção de uma imagem heroica de Euclides, mesmo quando expressou contrariedades a respeito da Amazônia nos documentos relativos à Expedição de Reconhecimento do Alto Purus (Silva; Pacheco, 2014).

Nesse sentido, mediante o memorável inventário que realizou da viagem da Comissão Mista Brasileira Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, efetivada entre os anos de 1904 e 1905, Leandro Tocantins afirmou, no prólogo para a edição de 1968 de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, ter se apropriado de um Euclides menos influenciado por autores estrangeiros, já que teria se encontrado com sua verdadeira personalidade diante

da natureza amazônica. Essa personalidade, servindo-se de sua própria intuição e experiência intelectual adquirida, quase sempre acertou o prognóstico acerca da Amazônia, haja vista que, para o escritor paraense, sua “[...] tendência inata de aproximação com a natureza conduziu-o à observação experimental: muito mais na Amazônia do que nos sertões baianos” (Tocantins, 1992, p. 14).

Tomando-se esse enredo que concebeu um Euclides mais intuitivo e experimental, esta obra causou expectativa, evidenciada em chamada no *Jornal do Brasil*, de 7 de agosto de 1968: “Já em distribuição, Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido, de Leandro Tocantins” (Informe..., 1968, p. 10).

Deve-se ponderar, entretanto, que essa expectativa parece ter sido fruto mais de uma informação obtida através de comunicação enviada aos órgãos da imprensa do que propriamente da leitura dela.

A respeito disso, vale observar o *Diário de Notícias*⁵, de 12 de setembro de 1968, no qual Eneida de Moraes elogia a obra em tela e, ao que tudo indica, não necessariamente a partir da leitura, mas através de certo conhecimento prévio que possuía nos anos de 1960 a respeito do autor e de sua obra geral. Veja-se:

Leandro Tocantins a quem devemos tantos livros da melhor qualidade acaba de ser editado pela Gráfica Record: Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido. É outro paraense preocupado sempre com a Amazônia. Leandro Tocantins está dirigindo na mesma editora uma coleção intitulada “Presença Brasileira”. A apresentação de seu livro é de Arthur César Ferreira Reis (Moraes, 1968a, p. 3).

Já o crítico Nestor de Holanda, no *Diário de Notícias* de 28 de novembro de 1968, exaltou a grande expressão do Euclides concebido por Leandro Tocantins, recomendando de forma enfática, em seu rodapé, a leitura de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, considerado um “[...] excelente

⁴ O *Jornal do Brasil*, segundo Smith (2000), possuiu tendências liberais e conservadoras, acima de tudo na figura de seu maior dirigente nos anos de 1960 e 1970, o jornalista Nascimento Brito.

⁵ O *Diário de Notícias* foi um órgão da grande imprensa carioca, com variados escritores e críticos literários congregados, os quais contribuíram direta ou indiretamente para a tendência nacionalista do jornal, extinto em 1974.

livro saído pela Record" (Holanda, 1968, p. 1). Ressalte-se que Holanda (1968) não só assinou a coluna de rodapé "Telhado de vidro", no Diário de Notícias nos anos de 1960, mas também foi escritor. Entre outras obras, concebeu o livro intitulado "Brasil" (Holanda et al., 1963), com intelectuais de tendências esquerdistas, como Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré e Astrojildo Pereira, obra publicada pela Academia de Ciências de Moscou em 1963.

Percebe-se, assim, que os elogios sobre "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" parecem ter sofrido os efeitos indiretos do prestígio alcançado por Leandro Tocantins como autor, em decorrência da recepção que a imprensa realizou de sua obra mais ampla, desde o início dos anos de 1960, como demonstrado anteriormente.

Ademais, Rocha (1998) chamou a atenção para o significado de tais elogios na vida literária brasileira como expressão das chamadas leituras cordiais por parte dos críticos, ou seja, leituras impregnadas pela influência e pelo prestígio que os autores puderam alcançar no campo literário.

Por outro lado, importa considerar que a recepção da obra em tela também sofreu a influência das características discursivas românticas e ecológicas preconizadas por essa mesma imprensa, as quais podem ser visualizadas em uma reportagem, sem assinatura, publicada no Jornal do Brasil, em 27 de agosto de 1968, cujo autor utilizou as palavras do historiador e ex-governador do Amazonas para elogiar a referida obra de Leandro Tocantins, conforme pode ser visto a seguir:

Euclides de Tocantins – Prefaciando o livro Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido, de Leandro Tocantins, recente lançamento da Gráfica Record Editôra, Artur César Ferreira Reis diz das obras do autor: "[...] refletiam espírito amadurecido, apaixonado pela temática de sua preferência espiritual, em prosa que traz sempre uma

contribuição ao conhecimento da nação, de suas figuras, de seus tipos, de sua paisagem física, de sua problemática, enfim, de sua personalidade como um todo cultural e humano" (Panorama..., 1968, p. 2).

Desse modo, pode-se afirmar que, de acordo com teóricos da recepção, como Leenhardt (1997), "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" tornou-se um 'objeto estético'⁶ em razão de certas inscrições históricas concebidas por parte da crítica sobre ela, e em confronto com o funcionamento do enredo construído por Leandro Tocantins para seu Euclides amazônico. Essas inscrições foram geradas, em boa medida, por uma histórica consciência coletiva que sempre encarou a região amazônica como desprotegida diante da cobiça das potências estrangeiras nos anos de 1960 (Santos Filho, 2006).

Dessa forma, esta obra torna-se um 'objeto estético' não só mediante a representação reveladora que realizou de um Euclides profético sobre as fragilidades amazônicas, mas sobretudo a partir do efeito de sentido que ela passou a ter – por meio das preocupações dos críticos com a região amazônica – como obra que reacendeu o debate sobre a integração da região ao restante do país.

Veja-se isso em uma matéria, sem assinatura, na coluna de rodapé "Vida Literária", no Diário de Notícias, publicado em 8 de maio de 1966, na qual se verifica o crítico afirmar, por exemplo, que Leandro Tocantins, ao concluir "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido", forneceu uma espécie de 'chave do pensamento euclidiano' para a Amazônia, ao mesmo tempo em que assinalou "[...] o tom de profecia de muitas de suas páginas" (Vida..., 1966, p. 3). Essa visão profética de Euclides para a Amazônia, por outro lado, também foi vista como detentora de revelações sobre o mundo amazônico, as quais deveriam sensibilizar a consciência dos brasileiros sobre o abandono e as fragilidades da região, especialmente diante de um

⁶ Como já discutido na introdução, o objeto estético, de acordo com Leenhardt (1997), seria um signo autônomo que se enraizaria na consciência coletiva por meio das leituras individuais das obras literárias, sendo, deste modo, signo que se imporia como sentido de representação dos mais variados fenômenos sociais de determinado meio específico.

crescente imaginário⁷ de que as potências estrangeiras pudessem subtrair este lugar do restante do Brasil nos anos de 1960. Isso pode ser visto, por exemplo, no artigo do crítico de iniciais A. A., escrito no Correio da Manhã de 26 de novembro de 1966:

Foi para um tema ainda hoje fascinante, sob vários aspectos, que voltou os olhos o ensaísta Leandro Tocantins: para o testamento de Euclides da Cunha sobre o mundo amazônico. Para o esforço que o grande escritor empenhou no sentido de que o Brasil se desse conta de uma realidade espantosa. Para o protesto que êle bravamente levantou contra a indiferença e a incompreensão, doido por “vingar a Hiléia maravilhosa de tôdas as brutalidades que a maculam desde o século XVII”. [...] Em apêndice, um artigo publicado por Euclides, em 1906, na revista *Kosmos*, excerto de uma entrevista concedida ao *Jornal do Comércio*, no ano anterior, e, na íntegra, cartas de Euclides ao Barão do Rio Branco. Agora que a Amazônia se encontra ostensivamente na alça de mira da cobiça estrangeira, a leitura dêsse livro se reveste de particular interesse (O mundo..., 1966, p. 2, grifos do autor).

A despeito do fato de que o autor paraense tenha demonstrado Euclides algumas vezes assombrado diante das brutalidades do ambiente amazônico, podemos perceber, na obra em estudo, certas inscrições históricas por parte da crítica traduzidas em uma visão de Euclides como um profeta da Amazônia, um revelador de aspectos de sua brasilidade, um conscientizador de suas fragilidades. Essas inscrições fizeram com que a imagem de Leandro Tocantins girasse em torno do escritor que revelou, em plena década de 1960, a importância de Euclides para o debate sobre o problema da efetiva integração da região ao restante do Brasil.

Antonio Olinto⁸, no jornal O Globo, em 1966, contribuiu para essa representação do autor Leandro Tocantins, ao afirmar que a relação de Euclides com a Amazônia não havia ainda recebido o reconhecimento

necessário do campo literário brasileiro, já que a “[...] presença de Euclides da Cunha na Amazônia estava à espera de um livro [...]” como “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” (Olinto, 1966, p. 12). É interessante observar, inclusive, como essa percepção a respeito do Euclides amazônico foi marcante para Olinto (2007), bem como para sua geração de críticos, posto que em anos mais recentes sugeriu a leitura de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” dentro do mesmo espírito dos anos de 1960, afirmando que diante:

[...] do acirramento do interesse estrangeiro pela região, nada melhor do que ler, principalmente, “Euclides da Cunha e o Paraíso perdido”, em que Leandro Tocantins estuda o fascínio de Euclides em face do que vira naquele Paraíso que podia já estar perdido (Olinto, 2007, p. 1).

Entretanto, não se pode deixar de observar que esse clamor sobre a criação de uma consciência a respeito da Amazônia, principalmente diante da necessidade de integração ao restante do país, já havia sido anotado pela crítica para outras obras de Leandro Tocantins na década de 1960.

Britto (1961), no Jornal do Brasil, de 14 de novembro de 1961, elogiou o livro “Formação histórica do Acre” por conter a revelação feita por parte de Leandro Tocantins acerca de elementos de uma brasilidade que deveria ser entendida e integrada ao restante do país, momento em que recomendou essa obra “[...] à admiração de todos os brasileiros, e muito especialmente à dos que se batem por reviver e revigorar essa consciência amazônica sem a qual jamais completaremos a unidade nacional” (Britto, 1961, p. 6).

Além dessa recomendação, Britto (1961) ressalta a importância de Leandro Tocantins para o entendimento da região, relacionando-o a outros grandes autores:

⁷ Em especial, por parte de intelectuais, de jornalistas e de críticos na imprensa carioca nos anos de 1960.

⁸ Antonio Olinto, jornalista e crítico literário de tendência liberal, atuou no jornal O Globo, assinando a coluna “Porta de Livraria” nos anos de 1960. Como poeta e ensaísta, pertenceu à ‘Geração de 45’.

[...] É êsse escrúpulo que dá autenticidade a tudo que lhe sai das mãos pacientes e fecundas, e que o coloca entre os Euclides da Cunha, os José Veríssimo, os Inglês de Souza, os Araújo Lima, os Raimundo Moraes, os Arthur César Ferreira Reis, isto é, os grandes escritores da Amazônia (Britto, 1961, p. 6).

Ressalte-se que, por efeito da constituição da obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" como um 'objeto estético' representativo dos anseios da integração da Amazônia, Leandro Tocantins praticamente não teve seus posicionamentos políticos questionados pelo enredo que teceu para o seu Euclides amazônico. Essa aceitação decorreu do fato de a imprensa, nos anos de 1960, ter reproduzido para o autor paraense a tradição discursiva que sempre descreveu as propostas civilizadoras de Euclides da Cunha como legítimas para a Amazônia (Ribeiro, 2007).

O posicionamento desses jornalistas e críticos na imprensa ante a obra de Leandro Tocantins demonstra que muitas das proposições de Ribeiro (2003) sobre as relações entre jornalismo, literatura e política na imprensa carioca nos anos de 1950 podem, em parte, ser estendidas para a década de 1960. Como se observa, apesar de ter ocorrido um processo de modernização da imprensa a partir dos anos de 1950, período em que o jornalismo passou a impor maior objetividade aos fatos noticiados, nos anos de 1960 certos jornalistas e críticos ainda teciam argumentos provindos de um estilo impressionista e cujas características principais giravam em torno da apreensão de determinados pontos contraditórios, representados nas estéticas literárias, bem como das posições dos escritores diante delas. Esta crítica pretendeu apreender nos escritores aquilo que eles possuiriam de mais original (Martins, 1983).

No caso de Leandro Tocantins, pode-se perceber como o impressionismo dos jornalistas e dos críticos que se voltaram não só para "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido", mas também para outras obras, sempre procurou

construir argumentos menosprezando os elementos sócio-históricos que teriam contribuído para a confecção delas. Essa postura revela que uma influente crítica de rodapé ainda estava presente nas páginas dos jornais nos anos de 1960, a despeito da ascensão de uma crítica literária universitária na imprensa, com tendências científicas e imparciais (Süssekind, 1993). Assim, segundo Ribeiro (2003, p. 158), apesar de o jornalismo nos anos de 1950 ter assumido "[...] cânones discursivos e profissionais próprios [...]", distanciando-se da literatura, isso não significou que

[...] os dois campos (o literário e o jornalístico) se tenham autonomizado totalmente. Muitos escritores ainda eram jornalistas e muitos jornalistas se aventuravam na vida literária. As duas atividades eram muito próximas e o contato entre elas, inevitável. Na realidade, literatura e jornalismo pertenciam a um mesmo sistema de bens simbólicos, que só se separaram (e adquiriram uma autonomia relativa) na medida em que foram capazes de constituir mercados distintos, associados a lógicas produtivas diversas (Ribeiro, 2003, p. 158).

Veja-se, a seguir, como as relações políticas de Leandro Tocantins também estiveram por trás da inserção social de "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido".

"EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO" NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DE LEANDRO TOCANTINS NOS ANOS DE 1960

A concepção da obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" não apenas contou com as benesses do poder, como também representou, no plano da cultura, a política desenvolvimentista implantada por Arthur César Ferreira Reis como governador do estado do Amazonas, entre os anos de 1964 e 1967.

Arthur Reis, ao programar uma série de políticas econômicas para a superação do atraso daquele estado em relação ao restante do Brasil, com um plano bienal, entre 1965 e 1966⁹, também procurou implantar um

⁹ Plano que contou com técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

programa cultural. Dessa forma, através da imprensa oficial do estado, foram publicados mais de cem livros dedicados a autores que retrataram os problemas amazônicos, entre eles “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”.

Leandro Tocantins, em um primeiro momento, no entanto, nos forneceu motivações mais poéticas para a concepção de sua obra. Após a publicação desta obra pelo governo do estado do Amazonas, em 1966, o autor afirmou, no prólogo da segunda edição, em 1968, que a vontade de escrever sobre Euclides da Cunha vinha desde a sua adolescência. De acordo com ele:

[...] Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido é o pagamento de uma dívida de gratidão pelos momentos de animação espiritual que me proporcionou – a mim, adolescente no Ginásio do Instituto Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará – a leitura de *Os Sertões* e de *A Margem da História* (Tocantins, 1992, p. 14).

Ademais, vale observar o que evidencia Rocha (1998), em seu livro “Literatura e cordialidade”, demonstrando como a paisagem nacional já havia sido mobilizada por escritores, a exemplo de José de Alencar, com o objetivo de valorizarem a vocação que têm para as letras, desprezando, neste sentido, a possível contribuição de condicionantes sociais, inclusive para a inserção social de Alencar como autor de “O Guarani” (1979).

Independentemente desse argumento, muito contribuiu para a concepção de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” o acesso que o autor possuía aos documentos da Expedição de Reconhecimento do Alto Purus, quando foi representante da SPVEA na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos de 1960. Este episódio proporcionou-lhe a oportunidade de frequentar o Arquivo Histórico do Itamaraty e de aprofundar seu conhecimento sobre os registros da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, bem como de participar da publicação do livro “O rio Purus” (Cunha, 1960), feita pela SPVEA (O rio..., 1960).

No entanto, ao se tornar adido do estado do Amazonas, no Rio de Janeiro, em 1964, sob os auspícios

da política desenvolvimentista do governador Arthur Cézar Ferreira Reis, teve a oportunidade de pesquisar os documentos sobre a expedição ao Purus e de escrever a obra em questão neste artigo.

Em 1966, Euclides da Cunha faria cem anos, se fosse vivo. O então Governador Arthur Cézar Ferreira Reis – que operou no Amazonas, ao lado de uma revolução administrativa, uma revolução cultural – pediu-me que escrevesse o anunciado livro sobre Euclides da Cunha, pois desejava incluí-lo na série que tem o seu nome, dentre outras séries cujos títulos alcançaram, no fim de seu Governo, o número de cento e seis. Era a homenagem do Amazonas ao grande revelador do Paraíso Perdido (Tocantins, 1992, p. 17).

O patrocínio do nacionalista e do desenvolvimentista Arthur Cézar Ferreira Reis foi fundamental para a concepção de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, pois, como já afirmado, proporcionou ao escritor paraense condições materiais e o acesso efetivo aos acervos do Itamaraty, fato percebido pela crítica quando do lançamento da obra.

Destarte, a coluna de rodapé “Panorama das Letras”, no *Jornal do Brasil*, veiculada em 18 agosto de 1968, apontou relação entre o conhecimento prévio da documentação sobre a presença de Euclides da Cunha na Amazônia e a feitura do livro de Leandro Tocantins:

EUCLIDES – De Leandro Tocantins, a Gráfica Record Editôra publica Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido. Documentos inéditos da missão oficial de Euclides no Amazonas são revelados no livro. Um Paraíso Perdido é o título do livro que Euclides pretendia escrever sobre a Amazônia (Rei, 1968, p. 2, grifo do autor).

Essa forma de inserção da primeira edição deste livro na imprensa, no entanto, representou não somente o reconhecimento de Leandro Tocantins como autor, por parte de Arthur Cézar Ferreira Reis, mas também como homem político e assessor de governo no estado do Rio de Janeiro. Essas relações no campo político foram decisivas para a inserção desta obra, como

demonstrado em artigo do Correio da Manhã, de 26 de novembro de 1966:

No livro que o govêrno do Amazonas acaba de publicar, como contribuição às comemorações do centenário de nascimento de Euclides, intitulado *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, LT analisa com precisão as observações e considerações que o autor de *Os Sertões* formulou sôbre a Amazônia, ressaltando sua consistência científica e o seu caráter premonitório (*O mundo...*, 1966, p. 2, grifos do autor).

Por outro lado, a própria inserção do homem político como autoridade sobre os problemas amazônicos na imprensa carioca, desde os anos de 1950, como nos anos de 1960, 'contaminou' também a autoridade do escritor e de sua obra romântica e ecológica, e vice-versa, em um movimento que engendrou efeitos positivos sobre a recepção não apenas de "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido", mas também de outras obras do autor ao longo daquela década.

Nesse sentido, os mesmos jornais que, através dos mais variados artigos, perceberam o autor e a sua obra como exercendo um trabalho de conscientização sobre a Amazônia, reiteradamente também destacaram as ações de Leandro Tocantins para a efetivação de políticas visando à integração da região, fosse como assessor da SPVEA ou como representante do estado do Amazonas.

Veja-se, por exemplo, o artigo intitulado "Amazônia contra o colonialismo", publicado no Diário de Notícias, em 11 de novembro de 1966, quando o autor esteve à frente da representação do governo de Arthur Reis, no Rio de Janeiro:

O Sr. Leandro Tocantins asseverou que a ajuda externa será aceita, mas em têrmos nacionalistas, eliminando-se qualquer hipótese de domínio estrangeiro na área. Para isto – continuou – a Sudam fixou uma série de benefícios para os investidores brasileiros que terão o pagamento de seus impostos reduzido, concedendo-se, neste sentido, outros benefícios fiscais, a fim de possibilitar o desenvolvimento rápido da Amazônia (*Amazônia...*, 1966, p. 10).

Como se pode observar, são inúmeras as reportagens que ora tratam do político e ora do autor, em especial entre os anos de 1965 e 1968, sendo evidenciadas, em algumas matérias, remissões ao autor – também chamado de professor – como representante da SPVEA, oferecendo evidências de que parte dos jornalistas e críticos que julgaram a obra de Leandro Tocantins teve suas leituras influenciadas pela representação política alcançada por ele na imprensa, além do próprio efeito produzido pelo discurso do autor, fato evidenciado em matéria do Correio da Manhã, de 19 de setembro de 1965:

O professor Leandro Tocantins, representante do govêrno do Estado do Amazonas no Rio de Janeiro, declarou-nos ontem, a propósito da grave situação da Amazônia, que a região "deixou de ser simplesmente um capítulo da problemática brasileira para constituir um componente do jogo internacional" (*Professor...*, 1965, p. 16).

Nesse sentido, a relação entre o autor e o homem político dialoga com as posições teóricas de Chartier (2012, p. 31), ao afirmar, a partir de uma crítica a Michel Foucault, que a função autor, por um lado, seria o produto de uma tensão entre "[...] os mecanismos sociais e institucionais [...]" ligados a ela e, por outro, a desenvoltura de 'um Eu empírico', que igualmente influenciaria na sua constituição. Essa forma de representação de um Leandro Tocantins enquanto autoridade ambivalente manifestou-se, por exemplo, na pequena polêmica entre o escritor paraense e a escritora e crítica literária Eneida de Moraes, no Diário de Notícias, em 1968, evento que influenciou a escritora a dar anúncio positivo em relação à segunda edição de "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido".

Ao criticar a postura política do autor Leandro Tocantins no prefácio que escreveu para o relançamento de "O rio comanda a vida", Eneida de Moraes (1968c), no rodapé "Encontro matinal", do Diário de Notícias, publicado em 25 de maio de 1968, afirmou que ele foi condescendente com a presença dos americanos

na Amazônia à época, como também com os abusos cometidos por certos potentados locais na região. Ela (Moraes, 1968c), então, com tendência marxista, criticou a ausência de um posicionamento mais contundente por parte de Leandro Tocantins, acima de tudo em relação aos abusos cometidos no âmbito do projeto Jari¹⁰, no Território Federal do Amapá, com relação à forma como trabalhadores nordestinos foram arregimentados para esse projeto ou mesmo à pressão que os interesses norte-americanos estavam exercendo sobre a Amazônia.

Além disso, Eneida de Moraes (1968c) demonstrou discordâncias conceituais com o autor, sugerindo que, no referido prefácio, ele estava a camuflar acontecimentos da história da Amazônia, ao afirmar aos leitores de sua coluna literária que: “[...] História é história e não estória” (Moraes, 1968c, p. 3). Após essa crítica, no entanto, Leandro Tocantins enviou uma carta para a escritora, na qual procurou demonstrar sua posição diante dos problemas explicitados por ela, que, então, se ‘desmanchou’ em elogios para o autor, ao comentar a carta enviada por ele em sua coluna literária “Encontro Matinal”, no Diário de Notícias de 9 de agosto de 1968 (Moraes, 1968b). Ela teceu comentários que demonstraram sua rendição à autoridade de Leandro Tocantins não apenas como autor, mas também como homem político e como seu conterrâneo, já que, ao mesmo tempo em que se retratou por tê-lo questionado publicamente, anunciou de forma enfática e positiva o lançamento de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”:

[AGRADECIMENTOS: A Leandro Tocantins pela carta (Ótima) explicando sua posição no] problema da Amazônia e a invasão americana. Leandro Tocantins e eu somos paraenses e vim comentando aqui o novo prefácio à segunda edição de seu belo livro “O Rio Comanda a Vida”. Pena não poder publicar essa carta na íntegra. Mas há uma boa notícia a dar: vai aparecer por estês dias

um novo livro de Leandro Tocantins: “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”. Agradeço a carta de LT afirmando: “é assim, ‘dialogando’, que os homens de bem se entendem” (Moraes, 1968b, p. 3).

Assim, ao questionar a posição de Leandro Tocantins sobre o problema da integridade da Amazônia frente aos interesses estrangeiros, a escritora, mediante a reação de Tocantins, procurou desfazer a polêmica, recorrendo à paisagem amazônica, ao afirmar que ambos eram paraenses, e também como forma de se irmanar a ele.

É interessante perceber, de acordo com Santos (2007), que Eneida de Moraes sempre utilizou sua ‘crônica-militante’ para realizar denúncias no Diário de Notícias, as quais muitas vezes foram censuradas entre os anos de 1957 a 1970. Estes textos nem sempre eram aprovados pelo Diário de Notícias e tiveram grande influência da fase em que a escritora pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro, em plena ditadura Vargas, tendo sido presa várias vezes pelo regime varguista.

Lima (1960a), ao analisar a obra “Amazônia: natureza, homem e tempo”, de Leandro Tocantins, no Diário de Notícias, publicado em 28 de agosto de 1960, envolveu-se também em uma polêmica com o autor paraense, que àquela altura já possuía certa representatividade política junto à imprensa, em razão dos trabalhos à frente da SPVEA.

Na ocasião, Lima (1960b) afirmou que esta obra não teria sido editada à altura das intenções de Leandro Tocantins em estudar a problemática amazônica com efetiva profundidade. Tais afirmações causaram a reação do escritor paraense, que foi reverberada no Diário de Notícias de 18 de setembro de 1960, momento em que Raul Lima não só se desculpou, mas também reverenciou Leandro Tocantins de forma enfática (Lima, 1960b). Vale ressaltar que este crítico, cuja coluna “Livros e Fatos” no Diário de Notícias era assinada por ele, sempre

¹⁰ O Projeto Jari foi constituído para a fabricação de celulose e de produção de energia nas margens do rio Jari, no Pará. Foi idealizado, nos anos de 1960, pelo bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig e por seu sócio Joaquim Nunes Almeida.

expôs suas posições democráticas diante da censura que constantemente se abatia a esse jornal nos anos de 1960¹¹.

Tais polêmicas revelam-se como sintomas do que Rocha (1998, p. 57) afirmou ser a função delas no âmbito de uma cultura da cordialidade, e suas relações com a valorização da paisagem nacional¹², já que, para esse autor, a polêmica deve ser "[...] vista como noção primeira que condena qualquer debate a gravitar em torno do eixo jamais questionado da própria ideia de nacionalidade". Ainda para Rocha:

[...] na esfera específica da polêmica, a presença desse eixo promove uma singular metamorfose. A polêmica deixa de constituir um momento privilegiado para a proposta de códigos renovadores dos pressupostos subjacentes ao próprio debate. No interior de uma experiência histórica dominada por homens cordiais, tal oportunidade se perde, pois cada desacordo, em lugar de ser enfrentado como uma diferença de pressupostos, é compreendido como um ataque pessoal. E é deste modo que se compreende a polêmica numa sociedade cordial (Rocha, 1998, p. 57).

Segundo Sússekind (1985 apud Rocha, 1998, p. 151-152), várias circunstâncias são definidoras da noção de vida literária no Brasil, entre elas a censura, as polêmicas, o público, as formas de escrita, as opções de leitura, de forma que "[...] com o mesmo propósito de delinear um sistema, Silviano Santiago identificou, na transformação da amizade em critério estético, a origem da 'mediocridade fofocuenta e a miséria opinativa do meio intelectual brasileiro'".

Entretanto, as apropriações sobre a obra "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" por parte da crítica apontadas anteriormente, ainda que realizadas no âmbito de relações cordiais, foram expressas por meio de abordagens representativas de diferentes posicionamentos políticos

e, dessa forma, passíveis de revelar as contradições existentes entre a estética literária de Leandro Tocantins e suas posições como autor e cidadão que contava com as benesses do poder.

A presença dessa crítica de rodapé independentemente das tendências políticas aponta para a importância que possuiu, no sentido de favorecer os interesses políticos dos variados jornais cariocas nos anos de 1960, fossem de tendências nacionalistas ou mais liberais.

Ressalte-se que a maioria dos órgãos da imprensa carioca, como o Diário de Notícias, o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, posicionava-se, de forma geral, a favor de políticas públicas que contribuíssem para uma efetiva integração da Amazônia nos anos de 1960, especialmente diante da histórica cobiça por parte das potências estrangeiras sobre a região. Como se observa, são inúmeras as matérias desses jornais que trataram desse tema ao longo dos anos de 1960¹³, inclusive após o golpe de 1964, quando as políticas econômicas dos governos militares passaram a realizar intervenções desenvolvimentistas mais efetivas na Amazônia, período em que a imprensa brasileira, de uma forma geral, foi subserviente aos desmandos do regime militar.

Nesse contexto, tanto o autor como o representante político Leandro Tocantins tornaram-se símbolos dos anseios desses jornais no tocante ao problema da integração da região ao restante do país. Essa perspectiva, principalmente em relação à inserção social de "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido", apresentou relações com os dizeres de Rocha (1998) referentes aos intercâmbios entre literatura e sociedade, já que este autor demonstrou, em seu livro "Literatura e cordialidade", como a interpenetração do privado sobre

¹¹ Foi também comentarista internacional nos anos de 1940 no periódico intitulado Revista, sempre procurando se posicionar a favor da causa aliada nos anos em que transcorreram a Segunda Guerra Mundial.

¹² A partir da polêmica entre Gonçalves de Magalhães e José de Alencar em torno do poema "A Confederação dos Tamoios", em meados do século XIX.

¹³ A título de exemplificação, para os anos de 1960, foram encontradas em relação ao tema integração da Amazônia as seguintes ocorrências nos principais órgãos da imprensa carioca, através de uma constante pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Fundação Biblioteca Nacional, s. d.): 81 para o jornal Correio da Manhã; 94 para o Diário de Notícias; 93 para o Jornal do Brasil.

o público sempre foi decisiva para a inserção social dos escritores em nossa sociedade:

Afinal, se para o estudo dos intercâmbios entre literatura e sociedade não basta examinar a maneira como os textos representam as relações sociais engendradas por determinado modo de produção, mas importa, também e principalmente, (examinar) a forma como o texto encena sua inserção no sistema de produção [...], numa sociedade de homens cordiais, esta inserção é precedida pela do escritor na República das Letras (Rocha, 1998, p. 30).

Essa forma de inserção do escritor na sociedade remete novamente ao que Chartier (2102, p. 29-30) afirmou teoricamente para a função autor como sendo não apenas “[...] uma função, mas também uma ficção, e uma ficção semelhante a essas ficções que dominam o direito quando ele constrói sujeitos jurídicos que estão distantes das existências individuais dos sujeitos empíricos”.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se afirmar que a postura personalista e pragmática da crítica que recepcionou a obra de Leandro Tocantins não realizou correções políticas, salvo em alguns casos, ao autor de “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, as quais poderiam ter trazido à tona, como fez a escritora Eneida de Moraes, as relações existentes entre os conceitos do historiador e as posições do homem público, com tendências favoráveis aos novos donos do poder a partir de 1964, sobretudo para lembrar que esta obra foi editada em 1966, portanto, dois anos após o golpe.

Apesar de não terem sido realizadas praticamente correções políticas por parte de jornalistas e de críticos, ainda assim é possível afirmar que a função autor neste livro – mesmo muitas vezes definida pelo estilo discursivo presente na obra mais ampla de Leandro Tocantins – sofreu grande influência do reconhecimento que o cidadão Leandro Tocantins angariou junto à imprensa. Isso é verificado especialmente ao se observar que os críticos e os jornalistas, ao alçarem Tocantins como um

autor-símbolo das expectativas nacionalistas sobre a problemática da integração da Amazônia, construíram em boa medida essa representação, em virtude da extensão do reconhecimento obtido por ele junto à imprensa carioca como homem político a serviço do Estado brasileiro na Amazônia nos anos de 1960.

Assim, torna-se evidente também o quanto seria fictício imaginar a inserção social desta produção literária apenas como fruto de seu reconhecimento como obra, sem se considerar as influências que ela sofreu da anterioridade da própria inserção do autor e do cidadão Leandro Tocantins no campo literário brasileiro. E isso não só a partir de seu talento, mas, em boa medida, através da influência de suas relações interpessoais com políticos, como Arthur Reis, mas também em razão da notoriedade que angariou como homem de Estado junto à imprensa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ática, 1979.

AMAZÔNIA contra colonialismo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1966. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRITTO, Chermont de. Santa Maria de Belém do Grão Pará. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1963. Caderno B, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=6313&Pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRITTO, Chermont de. Formação histórica do Acre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1961. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=6313&Pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

CUNHA, Euclides da. **O rio Purus**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.

FORMAÇÃO histórica do Acre. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1961. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 23 nov. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. [s. d.]. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 26 mar. 2016.



HOLANDA, Nestor. Telhado de vidro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 de nov. 1968. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 12 dez. 2013.

HOLANDA, Nestor; NIEMEYER, Oscar; SODRÉ, Nelson Werneck; CARNEIRO, Edison, CAVALCANTI, Di; GOMES, Dias; PEREIRA, Astrojildo; ESTRELA, Arnaldo; VIANY, Alex; DUARTE, Sergio Guerra; CAMPOFIORITO, Quirino. **Brasil**. Moscou: Academia de Ciências de Moscou, 1963.

INFORME JB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 ago. 1968. Caderno 1, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=50672&Pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 14 nov. 2013.

LEENHARDT, Jacques. Teoria da comunicação e teoria da recepção. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 7-13, 1997.

LIMA, Raul. Livros e fatos: safra de leitura. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1960a. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 24 nov. 2013.

LIMA, Raul. Livros e fatos: Amazônia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 set. 1960b. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 24 nov. 2013.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MORAES, Eneida de. Encontro matinal: comentários. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 set. 1968a. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MORAES, Eneida de. Encontro matinal: comentários. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1968b. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 30 nov. 2013.

MORAES, Eneida de. Encontro matinal: "O rio comanda a vida". **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 maio 1968c. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 30 nov. 2013.

OLINTO, Antonio. A Amazônia é nossa. **Revista Justiça e Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 80, mar. 2007. p. 1. Disponível em: <<http://www.editorajc.com.br/2007/03/a-amazonia-e-nossa/>>. Acesso em: 22 maio 2014.

OLINTO, Antonio. Euclides e a Amazônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1966. p. 12.

O MUNDO amazônico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1966. Caderno 2, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 23 nov. 2013.

O RIO comanda a vida. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1961. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 23 nov. 2013.

O RIO Purus. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1960. Suplemento Literário, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 12 nov. 2013.

PANORAMA das Letras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1968. Caderno B, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=6313&Pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 12 nov. 2013.

PROFESSOR analisa o problema amazônico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 set. 1965. p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 22 nov. 2013.

REI, Marcos. Panorama das letras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1968. Caderno B, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=6313&Pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 14 dez. 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Fabrício Leonardo. **Febre na selva**: a Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2007. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/fabricioleonardo.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: ritos de entrada e de permanência no cenário político e jornalístico literário brasileiro (1920-1970). **Moara**, Belém, n. 27, p. 26-38, jan.-jun. 2007.

SANTOS FILHO, José dos Reis. A instituição imaginária Amazônia Brasileira: registros cognitivos e práticas sociais. **Revista Nera**, ano 9, n. 9, p. 113-143, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1436/1414>>. Acesso em: 24 set. 2014.

SILVA, Adriana Conceição dos Santos da; PACHECO, Alexandre. A selva que devora o homem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 106, p. 64-68, jul. 2014.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **Papéis colados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**: tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a consequente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história continental. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**: instantes e evocações da cidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TOCANTINS, Leandro. **Acre, Rio Branco e espírito luso**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1962.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961a.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961b.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: panoramas da Amazônia. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

VIDA literária. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 maio 1966. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=leandro%20tocantins>. Acesso em: 30 nov. 2013.